

SEGURANÇA PÚBLICA É SOLUÇÃO



Instituto **SoudaPaz**
A paz na prática



FÓRUM BRASILEIRO DE
SEGURANÇA PÚBLICA



INSTITUTO IGARAPÉ
a think and do tank



SEGURANÇA PÚBLICA É UM DOS PRINCIPAIS PROBLEMAS BRASILEIROS.

A atual situação do Brasil é grave: em 2017 atingimos a marca de 61 mil homicídios no país.

Em termos econômicos, os custos da criminalidade passaram de 113 bilhões, em 1996, para 285 bilhões, em 2015. O impacto dessa realidade na sociedade brasileira é brutal.

Muitas das respostas dadas pelos sucessivos governos e defendidas por diferentes candidatos a esse desafio, que afeta a vida de toda a população brasileira, já se mostraram ineficientes. Apresentadas como soluções milagrosas, tais propostas são simplistas, não se baseiam em evidências e não tornaram - ou tornarão - nosso país mais seguro.

Maior do que o nosso medo é a nossa urgência por soluções que, de fato, revertam a inaceitável situação da segurança pública do país.



SEGURANÇA PÚBLICA É UM DIREITO!

Para contribuir com a construção de um país mais seguro, três das principais organizações que trabalham com o tema no Brasil - Instituto Sou da Paz, Fórum Brasileiro de Segurança Pública e Instituto Igarapé - se uniram para apresentar um conjunto de soluções concretas e efetivas para a segurança pública, com base em evidências científicas e em valores democráticos.

Nossa segurança é condição para nosso desenvolvimento. Precisamos voltar a andar pelas ruas sem medo.

Para construirmos um país seguro, entendemos que a **prevenção e a redução dos crimes violentos e o enfraquecimento das estruturas do crime organizado** devem ser as duas prioridades para as políticas de segurança pública do próximo governo.

A agenda Segurança Pública é Solução. vem propor o que realmente funciona para melhoramos a segurança pública e a vida de cidadãos e cidadãs de nosso país.



PRIORIDADE: O QUE PRECISAMOS FAZER

REDUZIR E PREVENIR OS CRIMES VIOLENTOS

Em 2016, o Brasil teve 61 mil mortes violentas, 70% delas cometidas com uso de arma de fogo. Além dos 49 mil casos de estupro, uma mulher foi assassinada a cada duas horas. A taxa de homicídios de policiais chegou a 106 casos para cada 100 mil trabalhadores da categoria. Também houve mais de 273 mil casos de roubos de veículo. Apesar da imensa quantidade de mortes violentas registrada anualmente, apenas 11% dos detentos brasileiros estão presos por homicídio.

Pesquisa de 2017 expôs que apenas seis dos 27 estados brasileiros dispunham de dados sobre quantos assassinos foram levados a julgamento, o que possibilitaria o estabelecimento de um indicador de esclarecimento de homicídios.

É evidente que precisamos acabar com a **impunidade** e preservar a vida e o patrimônio de todos os brasileiros. Diante desse cenário, é fundamental estabelecer medidas efetivas para reduzir os homicídios e outros crimes violentos no país. Precisamos acabar com a impunidade e preservar a vida e o bem-estar de toda a população brasileira.

PRIORIDADE: O QUE PRECISAMOS FAZER

ENFRAQUECER AS ESTRUTURAS DO CRIME ORGANIZADO

A expansão e o crescente poder das facções criminosas em todo o país precisam ser enfrentados. Esse crescimento tem impacto direto na gestão dos presídios, na corrupção de agentes públicos, em disputas pelo domínio de rotas internacionais de tráfico de armas e de drogas e pelo controle de áreas e comunidades mais vulneráveis socialmente.

Para se ter uma ideia, uma das maiores facções do país, criada em São Paulo, tinha em 2014 cerca de 3 mil integrantes em outros estados. Em 2018, estima-se que esse número ultrapasse 20 mil membros. Só em São Paulo, calcula-se que a facção tenha mais de 10 mil membros.

Essa realidade se espalha pelos diversos estados e tem impacto direto nos índices criminais e na vida da população, especialmente nas comunidades mais pobres. Por isso, enfraquecer econômica e politicamente e dismantelar as estruturas de comando destas facções é um dos principais desafios para segurança pública brasileira.

COMO RESOLVER?

Assim como em todos os outros setores públicos, na segurança é preciso foco, organização e capacidade de execução. O desafio é imenso, mas a solução é possível!

Para isso, propomos **7 soluções concretas** para reduzir os crimes violentos e enfraquecer o crime organizado. Colocar a segurança pública como uma das prioridades do futuro governo e agir de maneira coordenada com estados, municípios, Poder judiciário e Ministério Público é a receita para um país mais seguro.

PRIORIDADES

**REDUZIR E PREVENIR
CRIMES VIOLENTOS**

**ENFRAQUECER AS
ESTRUTURAS
DO CRIME ORGANIZADO**

SOLUÇÕES

1

Gestão e organização:
Criar sistema eficiente para gerir a segurança pública no Brasil

3

Fim da impunidade:
Tornar as polícias mais efetivas com planejamento, investimento em inteligência e fortalecimento da perícia

5

Foco na raiz do problema:
Atuar nas causas da violência e antes que o crime aconteça, investindo em programas de prevenção

7

Menos mortes:
Regular e controlar o uso e venda de armas de fogo

2

Combate ao crime organizado:
Criar estrutura estatal para enfrentar o crime organizado

4

Retomada do controle dos presídios:
Reestruturar o sistema prisional

6

Menos dinheiro para o tráfico:
Atualizar a política de drogas

1

GESTÃO E ORGANIZAÇÃO: CRIAR SISTEMA EFICIENTE PARA GERIR A SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL

Nunca houve no Brasil uma articulação e coordenação entre governo federal, governos estaduais e municipais para as políticas de segurança; cada um atua em uma direção. Enquanto o crime é organizado, a segurança está desorganizada.

Precisamos **definir uma estrutura eficiente para gerir a segurança** e estabelecer as responsabilidades de cada órgão público, garantir investimentos para a área e a transparência de dados.

AÇÕES

- **Fortalecer o Ministério da Segurança Pública e implementar o SUSP.** O Ministério deve ter capacidade para coordenar uma política nacional de segurança pública articulando as áreas de prevenção da violência, gestão das polícias, inteligência criminal, política de drogas, controle de armas e fiscalização da segurança privada.



- **Redefinir a estrutura de financiamento para a segurança.** Para a execução das diversas ações fundamentais de melhoria da segurança, é necessário estabelecer critérios rigorosos para o financiamento das mesmas. Um dos caminhos é estabelecer mecanismos e regras de repasse do Governo Federal para estados e municípios, com definição clara de contrapartidas e com foco nos resultados a serem alcançados.

- **Criar a Escola Nacional de Segurança Pública.** Aprimorar a formação de policiais e gestores de segurança pública é peça chave para a melhoria de todo o sistema.



2

COMBATE AO CRIME: CRIAR ESTRUTURA ESTATAL PARA ENFRENTAR O CRIME ORGANIZADO

Para enfrentar e desarticular o crime organizado no país é preciso **desenvolver e integrar medidas que envolvam diferentes órgãos, como as polícias, judiciário, Ministério Público e instituições financeiras.**

O poder das facções criminosas é crescente, e para combatê-lo, será necessário utilizar toda a capacidade do Estado, indo além das estruturas de justiça criminal e segurança pública.

AÇÕES

- **Criar um conselho nacional de inteligência** sobre crime organizado, nos moldes do COAF (Conselho de Controle das Atividades Financeiras), que articule os diversos órgãos de inteligência estaduais e federais com foco no crime organizado e suas dinâmicas interestaduais e transnacionais.



- **Reproduzir conselhos de inteligência nos estados**, utilizando os Centros Integrados de Comando e Controle para combate ao crime organizado, de forma coordenada com o Conselho Nacional.

- **Enfraquecer o poder econômico do crime organizado associado ao controle territorial.** Parte da fonte de recursos do crime organizado vem do domínio de prestação de serviços em comunidades. Portanto, é necessário regular e controlar o transporte alternativo, bem como a oferta de serviços como telefonia, internet, gás de cozinha, e gestão das unidades dos programas públicos habitacionais.



3

FIM DA IMPUNIDADE: POLÍCIAS MAIS EFETIVAS E COM TRABALHO FOCADO EM INTELIGÊNCIA E PERÍCIA

As polícias têm um trabalho central na redução da violência. Por essa razão, são necessários a valorização dos profissionais das corporações e o fortalecimento dos investimentos que privilegiem inteligência, investigação e perícia.

Melhorar a efetividade e a eficiência das forças policiais, alocar o policiamento ostensivo em manchas criminais, direcionar os esforços de investigação para o esclarecimento dos homicídios e outros crimes graves são passos fundamentais para a redução dos crescentes índices criminais.

AÇÕES

- **Aprimorar as atividades de policiamento ostensivo, de investigação e perícia das polícias, com foco prioritário à proteção da vida.**

Para melhorarmos as ações de investigação são necessárias ações como o estabelecimento de metas estaduais de redução de mortes violentas, alocação de efetivo onde mais ocorrem crimes e investimento na modernização de equipamento e atualização das técnicas de perícias criminais. É importante também priorizar a formação policial orientada à proteção da vida e ao esclarecimento de homicídios.



- **Promover a valorização policial.** Instituir planos de carreira em todas as instituições policiais estaduais, disponibilizar equipamentos de proteção individual em número suficiente e de boa qualidade a todos os profissionais da segurança pública, garantir aos policiais e bombeiros militares o direito constitucional de serem representados por suas associações de classe, já reconhecida aos demais trabalhadores brasileiros, são algumas das ações de valorização desta categoria profissional.

4

RETOMADA DO CONTROLE DOS PRESÍDIOS: MODERNIZAR O SISTEMA PRISIONAL

Entre 2006 e 2016 a população prisional cresceu mais de 180%. Contudo, esse elevado número de pessoas presas não representou uma redução de crimes na mesma proporção. As vagas e a estrutura das prisões da maioria das unidades seguem inadequadas. Além disso, não há programas efetivos de acompanhamento de egressos e tampouco um sistema eficiente de alternativas penais, o que torna as prisões parte do problema e não da solução.

Para que os presídios deixem de ser “escolas do crime” e cumpram de fato sua função, é necessário reestruturar o sistema penitenciário, prender quem comete crimes violentos e buscar alternativas de punição para quem comete crimes sem violência.

AÇÕES



- **Fortalecer a gestão do sistema prisional para enfrentamento do domínio de facções nos presídios.** O poder público precisa retomar o controle dos presídios e os caminhos para isso passam pela realização de auditorias nas unidades prisionais para enfrentar a corrupção dos agentes penitenciários, revisão dos critérios, e pela obrigatoriedade de scanners e equipamentos de raio-x na entrada das unidades prisionais.

- **Adotar uma política de criação de vagas no sistema penitenciário dos estados mais racional, eficiente e humana.** A construção de novas unidades deve disponibilizar espaços e infraestrutura já previstos em lei, estabelecer diretrizes para o fim das unidades prisionais - abrigando regimes distintos de cumprimento de pena -, estabelecer diretrizes claras para a criação de novas vagas no sistema prisional que indiquem a redução dos presos provisórios e a priorização da prisão por crimes graves contra a vida.



- **Implantar uma política de alternativas penais eficiente.** Possibilitar outras formas de punição para quem não comete crime violento é o principal caminho para efetivamente responsabilizar todos que cometem crimes, sem superlotar os presídios. Isso será possível ao destinarmos recursos e orientação para a implantação de centrais de alternativas penais e monitoração eletrônica e ao expandir as audiências de custódia para o país inteiro.

5

FOCO NA RAIZ DO PROBLEMA: ATUAR NAS CAUSAS DA VIOLÊNCIA

O combate e a redução da criminalidade e violência só é possível se atrelarmos a isso programas de prevenção que articulem outros serviços públicos, para além das forças policiais e de justiça.

É fundamental estruturar ações que fortaleçam os fatores de proteção e reduzam os fatores de risco que potencializam a exposição de determinados grupos e comunidades à violência.

AÇÕES



• **Implementar estratégias de prevenção da violência contra crianças, adolescentes e jovens.** Cuidar da infância e da juventude é importante para a promoção de uma sociedade menos violenta. É vital promover programas de atenção à primeira infância, apoiar estados e municípios para a implementação de ações de prevenção e redução de abuso infantil, implementar ações com foco na redução da evasão escolar no Ensino Fundamental e Médio, incluindo estratégias de busca ativa, acompanhamento e retenção escolar.

• **Fomentar a implementação de programas de atendimento a egressos do sistema penitenciário.** Apoiar a volta de um detento ao convívio em sociedade é parte importante para diminuir a reincidência e reduzir o crime. Um dos pontos principais para isso é o desenvolvimento de uma Política Nacional de Apoio a Egressos do sistema penitenciário, incluindo a promoção de incentivos fiscais ou desoneração em folha de pagamento para empresas que contratarem egressos.



• **Implementar estratégias de prevenção da violência contra mulheres.** Dentre as ações que o Governo Federal pode fomentar, destacam-se a estruturação das Patrulhas Maria da Penha, que acompanham mulheres vítimas de violência doméstica e o fortalecimento do sistema de encaminhamento, acolhimento e assistência de mulheres em situação de violência. Em parceria com estados e municípios, pode-se avançar na implementação de programas de educação e responsabilização de homens agressores. Além de se impossibilitar a abertura de concursos públicos com limitação de vagas para mulheres.

6

MENOS DINHEIRO PARA O TRÁFICO: ATUALIZAR A POLÍTICA DE DROGAS

Quando o tema é política de drogas, falhamos tanto na atenção à saúde de usuários quanto em intervenções para dismantelar as organizações criminosas que lucram alto com este mercado ilegal. Deixar de considerar o uso de drogas um crime tem impacto positivo tanto para a saúde quanto para a reorientação da ação policial, que pode focar sua atenção em crimes violentos. Hoje, o registro de apreensão de uma pequena quantidade de drogas retira um policial da rua por horas.

Criar novos objetivos para a política de drogas nacional, baseados em promoção de saúde, bem-estar da população e enfraquecimento do poder econômico do crime organizado é passo fundamental para a segurança pública.

AÇÕES

- **Retirar o consumo de drogas da esfera criminal e criar critérios objetivos para diferenciar uso de tráfico.** Deixar de considerar crime o porte de drogas para consumo facilita a construção de políticas públicas para o atendimento de usuários, desafoga o já caótico sistema prisional e ajuda a polícia a centrar esforços para dismantelar as organizações que lucram com esse comércio. Para isso, precisamos de critérios objetivos para diferenciar o porte de drogas para uso e porte de drogas para tráfico.



- **Investir em programas de prevenção e de tratamento para pessoas que fazem uso abusivo de drogas.** Atenção especial à adolescência e juventude é fundamental nesse campo, por isso é preciso investir em programas de prevenção ao uso e abuso de drogas, com foco especial para essa faixa etária. Além disso, é importante fomentar a integração, na rede pública, de diferentes modalidades de atendimento para tratamento de usuários - ambulatorial, de tratamento intensivo e de acompanhamento psicossocial.

7

MENOS MORTES: REGULAR E CONTROLAR O USO E VENDA DE ARMAS DE FOGO

Apesar de o Brasil ter aprovado uma lei de controle responsável da circulação de armas de fogo em 2003, 15 anos depois muitos de seus trechos ainda não foram implementados pelo governo, que tem sob sua responsabilidade Exército e Polícia Federal, os dois órgãos com as principais atribuições no campo de Controle de Armas.

Levando em consideração o fato de que 70% dos homicídios no país são cometidos com arma de fogo, fica evidente que são necessárias medidas práticas que visam melhorar a política de controle de armas no Brasil.

AÇÕES



- **Modernizar a Política Nacional de Controle de Armas de Fogo e Munições, apoiada em evidência científicas.** Dentre os pontos para essa modernização, destacam-se a manutenção da proibição do porte civil, o fortalecimento e celeridade do processo de registro periódico de armas de fogo, a integração dos sistemas de registro nacionais e o aperfeiçoamento da política de marcação de armas e munições.

- **Combater o tráfico nacional e internacional de armas de fogo.** Fortalecer a gestão sobre categorias com grandes desvios (atiradores, colecionadores, segurança privada, entre outras) equipar adequadamente a equipe de rastreamento internacional de armas da Polícia Federal. Ainda é importante que o Governo Federal apoie a criação de equipes estaduais de rastreamento nacional das armas e munições apreendidas.



- **Fortalecer inteligência policial para retirar armas do crime.** Implementar em todos os estados bancos de dados balísticos e microscópios digitais para facilitar a elucidação de crimes e intercâmbio de informações de forma nacionalizada. Aprimorar a fiscalização e combate ao tráfico de armas pelas equipes das polícias Federal e Rodoviária Federal e pelas Forças Armadas.

Realização:



Parceria:



Apoio:





2018

